

## ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO ACERCA DA GRAMÁTICA NORMATIVA

### TEACHING-LEARNING OF PORTUGUESE LANGUAGE: A STUDY ABOUT NORMATIVE GRAMMAR

Luíza Francisca de Carvalho<sup>1</sup>

Adílio Junior de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, abordamos assuntos relacionados ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa na escola. Por meio de uma experiência bibliográfica realizada, procuramos refletir sobre razões que afetam negativamente no conhecimento da língua, impedindo os alunos de apreciarem tal estudo. Com base na leitura de autores como Antunes (2003) e Possenti (1996), analisamos o perfil do professor de português, frisando a necessidade de mudanças na prática pedagógica, o que implica na formação do mesmo. Sabendo da importância do respeito a todos os tipos de linguagens, consideramos o contexto da fala, leitura e escrita como ponto de partida dos conhecimentos linguísticos. E não apenas o ensino de gramática.

**Palavras-Chave:** Língua Portuguesa. Ensino-Aprendizagem. Gramática.

**Abstract:** In this article, we address issues related to teaching-learning of the portuguese language in school. Through an accomplished bibliographical experience, we try to reflect on reasons that affect negatively the knowledge of language, preventing students from appreciating such as Antunes (2003) and Possenti (1996), we will analyze the profile of the portuguese teacher, stressing the need for changes in pedagogical practice, which implies the his development. Knowing the importance of respect for all types of languages, we consider the context of speech, reading, and writing as the startingpoint of linguistic knowledge, not just the teaching of grammar.

**Keywords:** Portuguese Language. Teaching-Learning. Grammar.

### Introdução

A língua portuguesa tem sua complexidade como qualquer outro idioma, tanto em termos linguísticos, quanto gramaticais. No entanto, não justifica dizer que seja uma língua difícil ou impossível de se aprender. O fato é que todos os falantes têm o direito de ter acesso aos conhecimentos linguísticos para que possam usá-los de modo consciente. Para tanto, faz parte do currículo escolar a disciplina de língua portuguesa, no intuito de priorizar esse acesso. Porém, vimos que há diversas peculiaridades que afetam no ensino-aprendizagem dessa disciplina. Uma delas é a forma de lidar com a

---

<sup>1</sup> Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [lu.bell.salitre@gmail.com](mailto:lu.bell.salitre@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Temporário de Língua Latina e História da Língua Portuguesa na Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [adilivs@gmail.com](mailto:adilivs@gmail.com).

gramática normativa, por parte do professor e dos alunos, entre outras questões que só demonstram o quanto a língua é desvalorizada, sendo vista equivocadamente.

Sabemos o quanto dependemos da leitura, escrita e oralidade em nosso dia a dia. Nessa convicção, a pesquisa surgiu da seguinte indagação: por que à maioria dos alunos não gostam de estudar português? Pode ser que tal descaso resulte de que a metodologia ou a didática do professor não esteja sendo eficiente para o ensino, de modo que os estudantes possam ter boa visão do estudo.

No entanto, estudos nos submeteram a uma análise mais aprofundada do perfil do professor, nos dando possibilidade de entender de forma mais clara o pensamento dos alunos sobre a disciplina. Autores como Antunes (2003), Possenti (1996), Castanheira, Maciel e Martins (2009) e outros nos ajudaram a compreender melhor a temática em discurso. Ressaltamos que, o ensino da língua deve acontecer de modo contextualizado, abraçando os diferentes eixos: leitura, escrita, gramática e oralidade. Frisamos ainda que o professor enquanto mediador do conhecimento deve ser estratégico e dinâmico ao planejar suas práticas, respeitando o jeito de aprender de cada aluno, assim como também suas diferenças culturais, linguísticas e sociais.

A pesquisa foi realizada mediante um estudo bibliográfico acerca do ensino-aprendizagem da língua portuguesa na escola, com ênfase no ensino de gramática. Este trabalho sustenta-se nas teorias de autores como Possenti (1996), Antunes (2003), dentre outros autores.

A princípio, fizemos leituras a partir das quais realizamos a abordagem teórica. Em seguida, analisamos alguns dos diversos aspectos que diz respeito a temática em questão, confrontando as ideias dos autores.

Partindo da perspectiva de que os métodos pedagógicos implicam no êxito tanto do trabalho do professor, como no desenvolvimento das habilidades do aluno, procuramos focar numa pesquisa que seja fundamentada na eficácia do ensino-aprendizagem da disciplina.

## **1 Prática pedagógica e ensino de gramática**

Vivemos em uma sociedade em que os falantes não valorizam a sua própria língua, o que é resultado da falta de conhecimento dos mesmos com relação aos parâmetros linguísticos.

Há muitos anos nos virões tentando acabar com o modelo de ensino tradicional nas escolas, mas embora tenham ocorrido mudanças positivas no âmbito educacional, ainda há muitos paradigmas a serem quebrados.

A visão que os alunos têm da língua portuguesa, é de que esse estudo é restrito a normas gramaticais, acredita que existem “dois” tipos de português, “o certo e o errado”, o que para eles é constrangedor. Isso porque os profissionais de ensino dividem a língua em duas partes, ao invés de ensinar que o fato de existir normas padrão e não padrão não significa que uma é mais importante que a outra, por isso não existe linguagem certa nem errada. Ambas não se distinguem de uma mesma língua, mas que o conhecimento das duas é necessário para as diferentes situações de convivência com a linguagem. É nesse sentido que Lemle (1987, p. 30) afirma:

O professor que não entende o fenômeno da língua acaba fatalmente acreditando na ideia de que a língua escrita é a língua certa e que tudo que não é igual ao certo é errado. E todos aqueles que falam são “ignorantes”. Ao professor cabe reprová-los e a situação se eterniza.

Curioso saber que a maioria dos alunos não gosta de estudar português, a disciplina causa um “horror” nas suas mentes, visto a forma em que são aplicadas as aulas. Ora, primeiro que ao chegar à escola é obrigado a desconsiderar sua linguagem trazida até então, para aprender outra diferente construída à base de complexidade de normas formais. Depois é submetido a “engolir” todas as regras e exceções de gramática. De acordo com Castanheira, Maciel e Martins (2009, p. 57-58):

Um planejamento desprovido de metas, metodologias e meios representa um obstáculo à autonomia do professor, pois anula sua capacidade de regular o próprio trabalho, de conhecer o impacto de atuação ou de mudar seu curso.

Não há rendimento na aprendizagem se antes não houver um bom planejamento. Para cada atividade elaborada, o professor deve ter objetivo a se atingir. Se a prática pedagógica não for planejada pensando no desenvolvimento das habilidades do aluno, não alcançará êxito.

Além disso, o trabalho do professor reflete na sua formação, o bom profissional é criativo e estratégico ao transformar sua metodologia, enquanto o sem conhecimento é condenado pelas suas atitudes, não possui segurança para dominar o que faz. Devemos

levar em conta o quanto à forma de ensinar é importante para o desempenho do estudante, são inúmeros os métodos de ensino eficaz para a prática docente, dependendo da realidade em sala de aula.

Sabemos que a formação continuada do corpo docente é indispensável para todas as áreas de ensino. No entanto, o professor de língua portuguesa deve rever seus conhecimentos quanto ao funcionamento da língua e está sempre os aprimorando.

O desenvolvimento de projetos e trabalhos com diferentes gêneros textuais promove momentos interativos entre professores e alunos em que podemos realizar o estudo de vários eixos da língua, através de um simples texto o professor pode explorar a escrita, interpretação, aperfeiçoamento da leitura, oralidade, entre outros aspectos. Lembrando que é por meio da interação e do dinamismo que a aprendizagem acontece.

A articulação de diferentes conteúdos e capacidades linguísticas envolve a decisão do professor de trabalhar diferentes eixos de ensino da língua escrita (compreensão e valorização da cultura escrita, leitura, produção de textos, aquisição do sistema de escrita e oralidade) ou algumas capacidades que compõem esses eixos de forma articulada (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p. 48).

Contudo, o professor não é o único responsável pelo desenvolvimento da aprendizagem, todos os membros da gestão escolar têm suas funções de inter-relações com o discente. Porém, muitos de seus deveres não estão sendo cumpridos para esta finalidade.

Ouvimos diariamente as pessoas falarem que o atual sistema educacional é construtivista. Isso nos faz entender que este método está sendo aplicado em todas as etapas englobadas à educação, o que não é verdade. Primeiro que o tradicionalismo não foi abolido por completo e segundo que falta engajamento dos profissionais numa perspectiva inovadora na busca pelo construtivismo. Falta ainda reivindicações e cobranças à classe social dominante. Pensando nisso, expressa Antunes (2003, p. 37):

Sentimos na pele que não dá mais para “tolerar” uma escola que, por vezes nem sequer alfabetiza (principalmente os mais pobres) ou que, alfabetizando não forma leitores nem pessoas capazes de expressar-se por escrito, coerente e relevantemente, para, assumindo a palavra, serem autores de uma nova ordem das coisas.

A escola tem o objetivo de formar cidadãos críticos para a sociedade, por isso é fundamental que seja dado maior relevância a linguagem. Não é que as demais disciplinas não sejam também necessárias, pelo contrario, todas tem sua importância no currículo escolar, mas a língua portuguesa no que se refere tanto a fala como a escrita,

deve ser mais valorizada, principalmente por ser a língua de uso da nação brasileira. É por meio dela que nos comunicamos, vivenciamos as nossas culturas e nos sobressaímos socialmente.

Evidentemente, um trabalho bem produtivo das aulas de português envolve diversas questões que estão interligadas com um mesmo conteúdo, isto é, nos níveis semântico e pragmático, sintático, morfológico, entre outros. Cada um desses níveis é constituído por teorias fundamentadas na construção da linguagem.

O conhecimento teórico disponível a muitos professores, em geral, se limita a noções e regras gramaticais apenas, como se tudo o que é uma língua em funcionamento coubesse dentro do que é uma gramática. Teorias linguísticas do uso da prosódia, da morfossintaxe, da semântica, da pragmática, teorias do texto, concepções de leitura, de escrita, concepções, enfim, acerca do uso interativo e funcional das línguas, é o que pode embasar um trabalho verdadeiramente eficaz do professor de português (ANTUNES, 2003, p. 40-41).

Implica dizer que, o professor de português não pode se limitar apenas aos estudos gramaticais, as concepções linguísticas abrangem uma série de informações em que o aluno precisa conhecer, enquanto estudante da língua.

Dentre as formas pedagógicas em que podemos desenvolver o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, é claramente possível adaptarmos à interdisciplinaridade, já que todas as disciplinas teóricas são dependentes desta, a todo instante. Pois para podermos falar, ler e escrever determinados assuntos nos apropriamos dos recursos da língua. Portanto, a partir do momento que o aluno tomar consciência da utilidade dessa prática no nosso cotidiano, ele passará a dar atenção ao que está sendo ensinado. Lembrando que, ensinar com simplicidade, coerência e objetividade pode ser mais proveitoso do que podemos imaginar.

Um grande ponto que vale frisarmos é a avaliação no contexto escola, linguisticamente falando. Como sabemos, o processo avaliativo deve ser contínuo e diário, tanto do ensino quanto da aprendizagem. Se pretendemos alcançar objetivos, devemos observar se as atividades que propomos está condizente para tal finalidade, desse modo estamos avaliando não só as habilidades do aluno como também a prática do professor. E a partir do resultado detectado, podemos estabelecer novas metas. Assim compreende Antunes (2003, p.158):

Na verdade, pela avaliação deveria ficar evidente para o professor que coisas ele ainda precisa trazer para a sala de aula como matéria de análise reflexão e estudo. O professor avalia o aluno para também, de certa forma, avaliar seu trabalho e projetar os jeitos de continuar.

Sem perder o foco, é possível avaliar a escrita, leitura, oralidade, coesão e coerência, com uma simples produção que o aluno faça. Levando em conta que ele precisa “enxergar de perto” seus erros, que se corrigido de forma positiva, será reformulado e transformado em aprendizagem.

É visto que as escolas se restringem a ensinar uma única variedade linguística: a norma culta. Desse modo, qualquer colocação de linguagem que seja feita em sala de aula fora desse padrão, é considerado rudimentar. Com base nessa concepção, alunos e professores, principalmente os alunos, tomam o estudo da língua portuguesa como estudo de gramática normativa. Entendem que as demais variedades linguísticas não têm prestígio algum, no entanto não são necessárias estudá-las.

[...] Ensinar gramática, nessa concepção, é ensinar língua, que por sinal, é ensinar norma culta, o que significa ensinar a desprezar outras variedades — não só por ignorá-las, mas por considerá-las inferiores (MENDONÇA, 2012, p. 275).

A visão de língua do ponto de vista do ensino das escolas, se mostra extremamente equivocado. Isso nos faz entender que tal ensino continua de forma errônea e preconceituosa na nossa sociedade, o que é um problema que vem de longe. Quanto a isso, cabe refletir sobre as práticas pedagógicas que são oferecidas ainda de modo tradicional e desconstruído, buscando conhecer e adaptar todas as variações, respeitando seus valores sociais, culturais, valorizando a língua materna.

O professor deve ter o conhecimento de que não existe apenas “a gramática” mais “as gramáticas” e que uma não é mais importante e útil que as outras, visto que todas compõem uma mesma língua. Conhecer e orientar os alunos para tais é fundamental e urgente.

Para muitas pessoas das mais variadas extrações intelectuais e sociais, ensinar língua é a mesma coisa que ensinar gramática. Ou, o que é diferente, embora pareça mera inversão, para muitos, ensinar gramática é a mesma coisa que ensinar língua (POSSENTI, 1996, p. 60).

O fato é que, sendo, pois, confundido aulas de língua portuguesa com aulas de gramática, entende-se as razões pelas quais os alunos não se interessam pela matéria, principalmente pelas formas monótonas em que é aplicada.

Em consequência das aulas, sentimos insatisfação por parte dos alunos e dos professores. Dos alunos: porque não entende a língua portuguesa; porque é difícil; porque tem regras, etc. Dos professores: porque os alunos não aprendem o conteúdo; porque não têm interesse nas aulas, etc. Ora, não é atoa que esse fracasso acontece na

disciplina de português, se o que se ouve sempre no ensino é: “isso não pode, isso é errado”. Isto é, muitas vezes são feitas más correções sobre as linguagens, tanto no que diz respeito à fala quanto à escrita. Sendo que em muitas ocasiões não é necessário nem mesmo uma pequena orientação. Ou seja, são intervenções rudes que reflete na falta de formação do professor.

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mas profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua (POSSENTI, 1996, p. 30).

Os alunos precisam estar informados de que quando chegam à escola, todos já sabem a língua portuguesa, porque todos falam uma variedade cultural dessa língua. Só que com variações, dependendo da classe social, região, entre outros aspectos que influenciam na linguagem de cada falante. Sabendo disso, o professor irá apenas orientá-los para o conhecimento das diferentes linguagens, fazendo-os aprimorá-lo suas competências linguísticas. Assim, entenderão que a gramática normativa é apenas uma variação entre tantas.

A reflexão de Possenti deixa claro que, não existe ninguém que por mais ignorante que seja, não tenha conhecimento de uma língua e não tenha se apropriado de uma gramática. Afinal, não é necessário saber ler nem escrever, nem mesmo ter frequentado uma escola, para saber uma gramática. Todos os que falam, têm uma gramática “internalizada” que se manifesta automaticamente construindo diferentes tipos de linguagens.

Assim, quando os indivíduos de uma comunidade linguística interagem com outra, respeitando o linguajar de cada um, estarão consequentemente abrindo espaço para o conhecimento de novas gramáticas que se enquadram no campo de estudo da chamada “descritiva”. A qual prioriza a compreensão das linguagens, aceita as variações de uma língua sem usar o termo “certo e errado”.

O que o aluno produz reflete o que ele sabe (gramática internalizada). A comparação sem preconceito das formas é uma tarefa da gramática descritiva. E a explicitação da aceitação ou rejeição sociais de tais formas é uma tarefa da gramática normativa. As três podem evidentemente conviver na escola. Em especial, pode-se ensinar o padrão sem estigmatizar e humilhar o usuário de formas populares como “nós vai” (POSSENTI, 1996, p. 90-91).

Como vimos, é perfeitamente possível trabalhar os três tipos de gramática sem desprestigiar nenhuma delas, de modo que o aluno as aprenda ao mesmo tempo. Custa apenas uma boa explicação e orientação por parte do professor, começando por considerar o que o aluno sabe e o que ele faz, seja expressado por meio da fala ou da escrita.

Se o aluno fala por exemplo “nós vai”, ele precisa saber que a linguagem que ele utiliza é uma variedade popular regional falada pela comunidade em que ele vive e que ele fala de tal modo por influência linguística do seu meio social. Além disso, ele deve saber que de outro modo, mas sem perder o efeito semântico, para a linguagem padrão essa forma seria modificada para “nós vamos” e utilizada digamos que por estudiosos ou pessoas de classe social mais elevada. Pode-se ainda questionar as possíveis formas de expressar o mesmo sentido, como “a gente vai”, “a gente vamos”, enfim, são muitas as formas de explorar os falares. O que importa é que o aluno saiba diferenciá-las em cada contexto e aprenda a usar a língua de acordo com as situações de comunicação, sabendo quando há necessidade de uso formal e informal.

Voltando para a visão da escola, a língua se torna restrita ao ponto de ser considerada apenas como uma disciplina qualquer no currículo escolar. É como se ela precisasse ser usada somente em algumas ocasiões, do tipo que os alunos estudam língua portuguesa para não terem dificuldades quando precisarem ler ou escrever algo. Nesse pensamento, ressalta Martins (*apud* SILVA; MATOS, 2011, p. 31-32):

A língua não se reduz a um simples conjunto de palavras e de construções de que lançamos mão quando queremos representar coisas, atividades, estados e processos que existem no mundo. Os sujeitos não interagem somente pela língua, mas com a língua.

É certo lembrar que a língua se manifesta a todo instante, o que significa que não se escolhe lugar nem tempo determinado para usá-la. Não é uma questão que se aprende na escola, na prática da sala de aula, em “alguns” lugares fora da escola e pronto. A interação é constante e permanente.

Faz-se necessário um olhar diferenciado tanto do ensino quanto da sociedade em si. Enquanto as pessoas pensarem equivocadamente a respeito da língua portuguesa, teremos sempre a necessidade de conscientizá-las e principalmente transformar o ensino. Para que todos os falantes percebam que desde quando existe mundo, que existem as linguagens como forma de comunicação entre os sujeitos. No entanto, é dever de todos utilizar a língua como patrimônio cultural e social. Ainda, é fundamental

e preciso a troca de conhecimento das linguagens. Inclusive, a escola tem como objetivo estimular o aluno a conhecer e se apropriar das diferentes variações linguísticas em seus diversos contextos sociais.

A variedade padrão foi idealizada há anos, como a linguagem de prestígio dos mais favorecidos, daí essa ideia vem sendo passada de geração a geração e dessa forma as instituições escolares veem reproduzindo até a atualidade. Como diz Mattos e Silva (2016, p.18):

Assim se pode facilmente compreender o porquê da vitalidade da norma normativo-pedagógica que, se não ideologia exclusiva hoje para o ensino das línguas maternas, continua prestigiada por segmentos significativos de nossa sociedade e, em especial, do mundo escolar [...].

Essa é a realidade que presenciamos ainda nos dias atuais, a escola não conseguiu se desprender dessa tradição, o que tem sido uma questão polêmica para estudiosos da língua. Contudo, tem persistido por parte das unidades escolares um ensino que dar exclusividade a norma padrão, ou seja, a própria escola pratica o preconceito linguístico, criando valores diferenciados e injustos para as linguagens. Ao invés de quebrar os paradigmas não eficazes para a sociedade justa que queremos.

Não é admissível que nos tempos modernos em que vivemos, exista ainda um sistema educacional acomodado em não largar as formas de ensino tradicional, porque continuam acreditando que tal ensino foi beneficente, como é o caso da gramática normativa que sempre foi a única e exaltada nos campos da educação, submetendo a língua portuguesa a ser motivo de “confusão” entre professores e alunos.

## **2 Ensino-aprendizagem de língua portuguesa: algumas discussões**

Tendo em vista os diversos aspectos que envolvem o ensino-aprendizagem de língua portuguesa, levamos em conta as formas como professores e alunos lidam com a língua. Estudos sobre esse requisito têm se tornado cansativo no sentido de que não há novidade quanto aos valores linguísticos, os quais tantos se tem discutido por estudiosos.

As indagações que temos hoje é a mesma de décadas atrás: o que é a língua e o que ela representa? De que forma está sendo ensinada e de que maneira é entendida? Respostas indiretas ou não, são dadas a essas perguntas, por autores que se preocupam

em pesquisar sobre as linguagens e defender a relevância de cada uma, na perspectiva de transformar o sistema tradicional e preconceituoso, visto ainda atualmente.

De acordo com Castanheira, Maciel e Martins (2009), implica ao professor traçar metas e está atento a quais habilidades precisam ser desenvolvidas pelos alunos, para que possa planejar suas aulas com foco nos objetivos a serem alcançados, buscando meios eficazes de se trabalhar sem causar prejuízo a nenhum eixo da língua. Assim também concorda Antunes (1937) quando diz que o professor avalia seu trabalho e toma novos rumos e estratégias a partir do momento que ele avalia o aluno.

No entanto, sabemos do “desleixo” de alguns professores quanto a isso, pois há aqueles que veem a finalidade de avaliar como uma ocasião estritamente para aprovar ou reprovar o aluno, por algo que se julga ser certo ou errado. Quanto a auto avaliação do próprio professor, geralmente não é diagnosticado erro (isto se houver um diagnóstico) ou necessidade de mudanças, mas quando se trata do aluno, sim.

A falta de conhecimento do professor de língua portuguesa gera sérios problemas no ensino-aprendizagem, como ressalta Lemle (1987) o professor que pensa que a língua escrita é a correta e a língua falada é errada, acaba reprovando o aluno injustamente. Quando na verdade, errado é acreditar nessa ideia.

Se por um lado temos uma geração de alunos que não domina a leitura nem a escrita, muito menos sabem o objetivo das aulas, por outro lado temos uma classe de professores que não sabemos a razão porquê se diz “professor de língua portuguesa”, sendo por exemplo, aplicador de conteúdos descontextualizados de gramática normativa, que lança uma determinada classe gramatical, para os alunos adivinharem para quê vai lhe servir esses assuntos enquanto estudante da língua.

Nas concepções de Antunes (2003) há a necessidade de rever o papel da escola e dos professores, visto que precisa ser transformado, adaptado ou dado iniciativa de favorecimento as linguagens, formando pessoas não apenas alfabetizadas, mas capazes de se comunicar, interagir e se sobressair socialmente.

Para a autora, a complexidade da língua não justifica a forma como se tem dado o seu ensino, o desinteresse e rejeição dos alunos em relação à mesma. O que acontece são equívocos quanto a função da língua e dos usos das linguagens orais e escritas em seus diversos contextos.

Autores como Possenti (1996) lembra-nos que o ensino da gramática normativa tem sido enfatizado a ponto de ser confundido com “o ensino da língua portuguesa” em

sua totalidade, desse modo tem-se reduzido extremamente a riqueza desta língua, tornando-a um estudo cansativo e sem importância para os alunos, que não se ver capacitado para assumir o exercício dos usos de comunicação nas suas vivências culturais e situações impostas pela sociedade.

Antunes (2003) frisa bem no fato de que se as práticas pedagógicas não fluem um resultado condizente com o esperado de o que é ensinar e aprender português conseqüentemente, à deficiência ou insuficiência no conhecimento teórico por parte do docente. Uma vez que o professor não se fundamenta nos princípios dos fenômenos linguísticos para planejar suas práticas, tendo em vista a necessidade de mudar concepções, quebrar paradigmas, entre outras possibilidades.

Sabemos que o desprezo do conhecimento da língua e as dificuldades das linguagens, não é apenas uma questão da escola, mas uma questão social. Há pessoas sem escolaridade que não sabem qual idioma falam, nem como e para quem a fala se concretiza. Muitos não tiveram oportunidade de interagir com o mundo da leitura nem da escrita.

Em contraposição, a grande maioria da população tem acesso a escola e esperamos que este ambiente seja um lugar de construção de conhecimentos por meio da troca de experiências e informações, no uso de atividades de apropriação da língua. Mas será que a escola tem influenciado a produção de saberes, ou ainda persiste na reprodução de ideias? Se prestarmos atenção no sistema educacional que temos hoje, vemos que a preocupação é com o quantitativo, a soma dos acertos obtidos em avaliações escritas internas e externas, enquanto os discursos das linguagens orais e escritas passam despercebidos. Isto é, um ponto qualitativo e fundamental para ser pensado no contexto escolar.

É considerada a linguagem da escola, a norma padrão. Ou seja, norma culta, que como destaca Possenti (1996) esse dialeto é mais utilizado por pessoas de classes sociais mais favorecidas. No entanto torna-se constrangedor para os grupos menos privilegiados, o fato dos seus falares serem ignorados, tanto pelo tratamento dado pela escola com a ideia de correção, quanto pela sociedade em si, que já trás consigo a concepção de “certo” e “errado” decorrente dos princípios da língua. Se o próprio ambiente educacional influi falsas ideologias, errôneas e incompetentes atribuindo-as na formação do discente, está gerando cada vez mais problemas no que se refere ao ensino-

aprendizagem da língua portuguesa, não procurando formas de combater os que já existem.

Muitos são os fatores que levam a disciplina ao fracasso, entre eles podemos tomar como principal, o preconceito linguístico cometido de propósito ou não. O desrespeito às variedades de fala vindas de diferentes culturas, por exemplo, ocasiona a perda de valores linguísticos, traumas e rejeições no estudante. Uma vez sendo debochado ou corrigido linguisticamente, passa a ver a matéria e os conteúdos como um “fardo”, especialmente por conta do estudo da gramática normativa. Em consequência, sente que o português é complexo, chato e desnecessário.

As formas de usos das linguagens variam conforme os padrões de vidas sociais, assim reflete Possenti (1996). Significa dizer que a língua se concretiza num processo de interação com os fatores internos e externos à própria língua, evoluindo e se modificando ao longo do tempo.

Desse modo, o ensino-aprendizagem da língua, convém acontecer na dinâmica da sala de aula (não que deva acontecer somente na sala de aula como já disse Possenti) se apropriando dos conhecimentos advindo de dentro e fora da escola, resultando de que o português não é só uma disciplina no currículo escolar, é uma língua que se estuda, se escreve e se fala sempre. Portanto merece um tratamento mais atencioso.

Gramática, leitura, escrita e oralidade são quatro eixos que pertencem a uma mesma língua, inclusive pode se trabalhar todos eles numa mesma aula de português. Contudo, a escola faz uma divisão do ensino desses parâmetros por aulas, tornando-os amplos e desligados, ao invés de contextualizá-los com objetividade. Tanto que a produção textual já é tida no currículo escolar como uma disciplina separada do ensino da língua portuguesa, com registros independentes e tudo mais. Na visão de muitos, pode parecer vantagem, no sentido de priorizar o sistema de escrita. Porém, se tal separação tem contribuído, é para o aumento do trabalho do professor que se encontra sobrecarregado. O que é outra história e não entra em caso.

Voltando a discutir sobre padrões, vemos em Mattos e Silva (2016) que a norma culta é a variedade linguística da escola porque foi convencionalizada e idealizada oficialmente pela sociedade desde o início das práticas de linguagens. Assim, é quase impossível acreditar na ideia de que essa concepção possa ser mudada. Também não é esse o objetivo daqueles que defendem o ensino da língua. O que queremos dizer é que

a linguagem padrão tem suas utilidades, o que não justifica é que seja tomada como a única e exclusiva, de prestígio diante da pluralidade das linguagens.

Ainda na perspectiva de Possenti (1996) e Antunes (2003) o ato de ensinar português deve está voltado para a reflexão do pensamento e construção da aprendizagem, seja por meio dos recursos de leituras ou produções escritas. O aluno aprende através da interação com o texto que por sua vez reflete sobre a realidade. Eles não estão interessados em estudar conteúdos gramaticais, afinal já têm conhecimento disso, embora não dominem a definição das regras, são falantes da língua pela qual a gramática se constitui.

Convenhamos que os discentes procuram sentido e relevância naquilo que lhe é ensinado. Acima de tudo, esperam que a escola dê oportunidade e liberdade para construir o aprendizado, sem precisar dar conta da matéria da forma como foi dita pelo professor. Ou seja, além da ideia de correção, a de memorização e repetição não se aprova no campo das estratégias eficientes ao ensino-aprendizagem da chamada disciplina de língua portuguesa.

### **Considerações finais**

Vimos que a falta de sucesso que gira em torno do ensino-aprendizagem da língua portuguesa, enquanto disciplina escolar, se deve ao fato não apenas de uma didática mal elaborada, mas de uma prática de conhecimento da língua sem fundamento. Ou seja, a escola tem ensinado o que não interessa aos alunos, nem condiz com o objetivo da disciplina, e, tem deixado de ensinar o que é relevante para ambos. A dedicação do professor está ainda voltada para o ensino da gramática normativa, por muitas vezes aplicada da pior forma. Quer dizer, descontextualizada e sem objetividade. Além disso, é como se ensinar gramática fosse o suficiente para os alunos entenderem a importância e necessidade da língua, pela qual nos comunicamos de forma oral ou escrita, interagindo em qualquer contexto social.

Todavia, confirmamos nossas hipóteses de que as práticas pedagógicas precisam ser adaptadas e readaptadas se pretendemos mudar as concepções negativas dos alunos em relação ao estudo da língua. Do mesmo modo que o docente tem a obrigação de aprimorar a sua competência profissional, de forma que se reflita no discente.

Sabemos que as aulas de língua portuguesa quando desenvolvidas abrangendo e interligando os quatro eixos que a compõe: leitura, escrita, gramática e oralidade, possibilita ao educando uma visão esclarecedora do uso real da língua. No entanto, é fundamental que o ensino priorize o respeito a diversidade linguística, em requisito a comparação da norma padrão com as linguagens informais.

Sobre esses critérios, cabe ainda o desenvolvimento de futuras pesquisas, que possam abrir cada vez mais horizontes para a melhor eficiência do ensino-aprendizagem da língua portuguesa, enfatizando sua valorização enquanto língua materna e disciplina no currículo escolar.

### Referências

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: parábola editorial, 2003.

CASTANHEIRA, M. L. MACIEL, F. I. P. MARTINS, R. M. F. *Alfabetização e letramento na sala de aula*. 2. Ed. Belo Horizonte. Autêntica editora: CEALE, 2009.

LEMLE, Mirian. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1987.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. 8 ed. São Paulo: contexto, 2016.

MENDONÇA, Marina Célia. Língua e ensino: políticas de fechamento. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução a linguística: domínios e fronteiras*. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 273-306.

POSSENTI, Sírio. *Porque (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de letras: associação de leitura do Brasil, 1996.

SILVA, Camilo Rosa; MATOS, Denilson Pereira de. *Sintaxe do português: abordagens funcionalistas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.